

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando.

LINGUA PORTUGUESA

01- No período “O Governo optou por transformar o Carnaval em um evento privado”, a oração reduzida sublinhada pode ser reescrita em forma de oração desenvolvida adequada ao sentido global do texto, do seguinte modo:

- A. Por que transformasse o Carnaval em evento privado;
- B. Pela transformação do Carnaval em um evento privado;
- C. Afim de que se transformasse o Carnaval em evento privado;
- D. Ao passo que transformarem o Carnaval em evento privado;
- E. Porque transforme o Carnaval em evento privado.



02- Nessa charge a resposta da menina:

- A. demonstra não haver entendido a fala do outro personagem;
- B. critica a baixa qualidade do estudo de língua portuguesa;
- C. indica pouco conhecimento de figuras de linguagem;
- D. ironiza a situação do Poder Legislativo no Brasil;
- E. mostra a distância cultural entre os personagens.

03- A frase abaixo em que os dois vocábulos sublinhados pertencem à mesma classe gramatical é:

- A. “Com o bom sou bom, mas mesmo com quem não é bom, sou bom, pois boa é a virtude.”
- B. “Mais vale um cachorro amigo que um amigo cachorro.”
- C. “O muito torna-se pouco quando se deseja um pouco mais.”
- D. “Conheceríamos muito melhor muitas coisas se não quiséssemos identificá-las com melhor precisão.”
- E. “O mal menor é aquele que te faz menos mal.”

04- Assinale a alternativa em que todas as palavras se encontram de acordo com as normas vigentes em Língua Portuguesa.

- A. Os itens solicitados pela subchefia foram avaliados na alfândega e considerados fraudulentos.
- B. Na vigência daquelas idéias retrógradas, houve uma revolução com a participação da diocese.
- C. O cantar dos pássaros veio acompanhado de uma dança exótica e um voo excepcionalmente raro.

D. A paciente apresentava hiperssensibilidade a produtos que continham álcool e similares.

E. Cada estação ressurgia ao longo do período, com exceção de formas belas e atraentes.

“Muito se tem falado de conservação do meio ambiente, mas não se criou ainda a consciência de que o planeta precisa urgentemente de nossos cuidados.”
(Brasil Escola)

05- Assinale a opção que indica os termos que, nesse segmento do texto, desempenham a mesma função sintática.

- A. de conservação / do meio ambiente
- B. de que o planeta precisa urgentemente / de nossos cuidados
- C. de conservação / de nossos cuidados
- D. de que o planeta precisa urgentemente de nossos cuidados / do meio ambiente
- E. de conservação / de que o planeta precisa

É claro que somos livres para falar ou escrever como quisermos, como soubermos, como pudermos. Mas é também evidente que devemos adequar o uso da língua à situação, o que contribui efetivamente para a maior eficiência comunicativa.

06- Na redação de um texto, pode ocorrer uma série de dificuldades com vocábulos da língua portuguesa; as palavras abaixo que estão graficamente corretas são:

- A. advogado / metereologia;
- B. bicabornato / astigmatismo;
- C. babadouro / beneficência;
- D. reinvidicação / bugigangas;
- E. jaboticaba / cabelereiro.

07- “e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.” Em relação à análise do termo destacado, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta. “Trata-se de uma palavra de natureza _____, que introduz uma oração do tipo _____ com o sentido de _____. Esse termo pode ser substituído adequadamente por _____.”

- A. adverbial / adjetiva / restrição / “em que” e “no qual”
- B. adverbial / subordinada / lugar / “em que” e “no qual”
- C. pronominal / adjetiva / restrição / “em que” e “no qual”
- D. adverbial / subordinada / lugar / “que” e “aonde”
- E. pronominal / adjetiva / explicação / “que” e “aonde”

“A saúde é o estado no qual as funções necessárias se cumprem insensivelmente ou com prazer”.

08- Se, nessa frase, empregássemos o paralelismo no segmento destacado e mantivéssemos o sentido original, a forma adequada seria:

- A. sem sensibilidade ou com prazer.
- B. insensivelmente ou prazerosamente.
- C. insensivelmente ou desprazerosamente.
- D. com insensibilidade ou com prazer.
- E. sem sensibilidade ou sem prazer.

“Didi era de chancelaria, Gerson, de infantaria. Gerson driblava pouco, tocava pouco e abria o campo em leque para os companheiros, ordenando, como o técnico que toda vida foi na prática, tabelas e perfeições como o arremesso canhoto que deixou Jairzinho amaciado no peito antes de fazer o terceiro do 4x1 do Tricampeonato sobre a Itália em 1970.”

09- Em relação aos sinais de pontuação empregados no parágrafo, analise as afirmativas abaixo.

- I A primeira vírgula poderia ser substituída por um ponto e vírgula, mas haveria alteração de sentido.
 II A quinta e a sexta vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, sem alteração de sentido.
 III A terceira vírgula é usada para separar termos de funções sintáticas distintas.
 IV A segunda vírgula é usada para sinalizar a elipse de um termo.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A. I e III.
 B. II e III.
 C. II e IV.
 D. I e IV.
 E. I e II

10- A frase abaixo em que ocorre ambiguidade é:

- A. Ninguém mais os encontrou de novo;
 B. O cargo de oficial de justiça é importante;
 C. A nomeação do Ministro foi surpreendente;
 D. Tudo foi organizado para o julgamento;
 E. As folhas do caderno despencaram.

11- “Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas...”; o segmento destacado mostra um vocábulo que, se trocado de posição, traz mudança de sentido e de classe gramatical. O mesmo pode ocorrer no seguinte segmento:

- A. pobre homem;
 B. barbeiro turco;
 C. grande sujeito;
 D. bom livro;
 E. variado cardápio.

“No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades”.

12- O acento grave indicativo da crase empregado nesse segmento é devido ao mesmo fator da seguinte frase:

- A. À noite, todos os gatos são pardos;
 B. Pagar à vista é coisa rara hoje em dia;
 C. Entregou o livro à aluna;
 D. Saiu à procura da namorada;
 E. Comprar à prazo é coisa normal hoje em dia



Disponível em: www.facebook.com/minsaude. Acesso em: 14 fev. 2018 (adaptado).

13- A utilização de determinadas variedades linguísticas em campanhas educativas tem a função de atingir o público-alvo de forma mais direta e eficaz. No caso desse texto, identifica-se essa estratégia pelo

- A. discurso formal da língua portuguesa.
 B. registro padrão próprio da língua escrita.
 C. seleção lexical restrita à esfera da medicina.
 D. fidelidade ao jargão da linguagem publicitária.
 E. uso de marcas linguísticas típicas da oralidade.

Na semana passada, os alunos do colégio do meu filho se mobilizaram, através do Twitter, para não comprarem na cantina da escola naquele dia, pois acharam o preço do pão de queijo abusivo. São adolescentes. Quase senhores das novas tecnologias, transitam nas redes sociais, varrem o mundo através dos teclados dos celulares, iPads e se organizam para fazer um movimento pacífico de não comprar lanches por um dia. Foi parar na TV e em muitas páginas da internet.

GOMES, A. A revolução silenciosa e o impacto na sociedade das redes sociais. Disponível em: www.hsm.com.br.

14- O texto aborda a temática das tecnologias da informação e comunicação, especificamente o uso de redes sociais. Muito se debate acerca dos benefícios e malefícios do uso desses recursos e, nesse sentido, o texto

- A. aborda a discriminação que as redes sociais sofrem de outros meios de comunicação.
 B. mostra que as reivindicações feitas nas redes sociais não têm impacto fora da internet.
 C. expõe a possibilidade de as redes sociais favorecerem comportamentos e manifestações violentos dos adolescentes que nelas se relacionam.
 D. trata as redes sociais como modo de agregar e empoderar grupos de pessoas, que se unem em prol de causas próprias ou de mudanças sociais.
 E. evidencia que as redes sociais são usadas inadequadamente pelos adolescentes, que, imaturos, não utilizam a ferramenta como forma de mudança social.

15- Considere o trecho abaixo.

“No Brasil, ainda há poucas políticas públicas com oferta de programas para práticas físicas”

[...] O verbo em destaque está flexionado no singular, porque o sujeito

- A. é indeterminado, evidenciando caso de indeterminação do sujeito, consoante preceitua a gramática normativa tal obrigatoriedade flexional para a forma verbal em questão.
 B. tem como núcleo o sintagma “políticas”, assim, o verbo, para com aquele concordar, deveria estar flexionado no plural.
 C. é inexistente, permitindo substituição por “existir”, mas, neste caso, tal forma verbal deveria ser pluralizada, já que consagra caso de verbo pessoal e intransitivo.
 D. está oculto e apresenta como núcleo desinencial a 3ª pessoa do singular – “ele/ela”.
 E. é composto, representado pela expressão “poucas políticas públicas”, com a qual a forma verbal “haver” deveria concordar, portanto, ocorre erro gramatical de concordância e o verbo deveria estar no plural.

HISTÓRIA DO RN E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RN

16 - A modernização de determinadas atividades produtivas no Rio Grande do Norte incorporou novas áreas aos circuitos econômicos, alterando formas de uso dos recursos naturais e promovendo especializações regionais. Esse movimento ocorreu de maneira mais intensa a partir das últimas décadas do século XX, quando novos investimentos passaram a conviver com atividades tradicionais em diferentes porções do território potiguar.

Fonte: FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de; GALVÃO, Maria Luiza de Medeiros. Geografia do Rio Grande do Norte. João Pessoa: Grafset. Texto adaptado.

No contexto apresentado, a expansão da carcinicultura potiguar caracteriza-se principalmente pela

- A. utilização de açudes sertanejos com baixa salinidade e predomínio de sistemas familiares extensivos.
- B. ocupação de setores estuarinos por viveiros tecnificados e integração da produção aos circuitos comerciais.
- C. concentração em reservatórios artificiais do Agreste e especialização voltada sobretudo ao consumo local.
- D. instalação em áreas serranas de maior pluviosidade e associação produtiva com propriedades policultoras.
- E. dispersão pelo interior semiárido mediante tanques naturais e reduzida participação de empreendimentos privados.

17 - A economia potiguar passou por mudanças relacionadas à maior inserção de parcelas de seu território em fluxos nacionais e internacionais. Nesse processo, algumas localidades tiveram suas funções redefinidas, acompanhadas pela ampliação de investimentos privados, infraestrutura e novas formas de ocupação do espaço.

Fonte: FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina P. Barreto; CARVALHO, Edilson Alves de. Economia do Rio Grande do Norte: estudo geohistórico e econômico. João Pessoa: Grafset, 2004. Adaptado. A existência, autoria e temática da obra são confirmadas pela editora.

No território potiguar, essa atividade contribuiu para uma dinâmica econômica marcada pela

- A. interiorização dos investimentos hoteleiros e fortalecimento das pequenas propriedades agropecuárias sertanejas.
- B. diversificação das atividades extrativas e ampliação das cadeias industriais vinculadas aos centros mineradores.
- C. expansão do setor terciário e dinamização de áreas litorâneas articuladas aos fluxos de visitantes e capitais.
- D. descentralização das atividades portuárias e consolidação de núcleos comerciais associados à produção salineira.
- E. ampliação dos complexos agroindustriais e especialização dos municípios costeiros na exportação de alimentos.

18 - No processo de interiorização da colonização na Capitania do Rio Grande, a presença indígena nos sertões assumiu papel central nas dinâmicas de conflito, negociação e ocupação territorial ao longo do período colonial.

Acerca dos povos indígenas nos sertões do Rio Grande, assinale a alternativa correta.

- A. Os grupos indígenas do sertão, majoritariamente classificados como tapuias, foram amistosamente integrados à economia pecuarista colonial, reduzindo significativamente os conflitos ao longo do século XVII.
- B. A presença indígena nos sertões foi marcada pela atuação predominante de povos tarairiús, aliados aos colonizadores portugueses na expansão da pecuária.
- C. A ocupação dos sertões do Rio Grande ocorreu de forma relativamente conflituosa, em razão da baixa densidade populacional indígena nessas áreas.

D. Os povos indígenas dos sertões concentraram-se em aldeamentos missionários desde o início da colonização, o que limitou a ocorrência de resistências armadas prolongadas.

E. Os conflitos envolvendo populações indígenas nos sertões, associados à expansão pecuarista, integraram o conjunto de guerras conhecidas como Guerra dos Bárbaros, envolvendo grupos genericamente denominados tapuias.

19- No século XIX, o Rio Grande do Norte vivenciou secas devastadoras que agravaram os problemas sanitários e sociais da província. Ao mesmo tempo, a estrutura política do Império mantinha o controle do poder nas mãos de poucos, dificultando o atendimento das necessidades da maioria da população.

Analisar as assertivas abaixo:

- I. A seca de 1877-1879 provocou fome, epidemias e deslocamentos em massa, revelando a dificuldade do poder público em lidar com a crise.
- II. A política imperial garantia ampla participação popular, permitindo que os sertanejos votassem e elessem representantes favoráveis às demandas locais.
- III. As elites locais, mesmo diante das calamidades, mantinham o domínio sobre os cargos políticos e recursos públicos.
- IV. As ações do Estado frente à seca priorizavam grandes obras estruturais e políticas de prevenção, superando o caráter emergencial das primeiras respostas.

Estão corretas apenas:

- A. I e II.
- B. I e III.
- C. II e IV.
- D. I, III e IV.
- E. I, II e III.

20- O processo abolicionista em Mossoró, consolidado na década de 1880, apresentou especificidades que o diferenciam de outras experiências do Império, articulando dimensões econômicas, jurídicas e organizacionais. O episódio de 30 de setembro de 1883 tornou-se marco simbólico desse processo.

Acerca desse contexto, assinale a alternativa correta.

- A. O ato de 30 de setembro correspondeu à promulgação de legislação provincial que extinguiu juridicamente a escravidão no território do Rio Grande do Norte.
- B. A vanguarda abolicionista mossoroense estruturou-se exclusivamente a partir de ações clandestinas, sem articulação com mecanismos legais do Império.
- C. O movimento abolicionista local esteve diretamente vinculado à centralidade da economia açucareira, que demandava a substituição da mão de obra escrava por trabalho livre.
- D. O episódio de 30 de setembro resultou na emissão de documento administrativo que atestava a inexistência de escravizados matriculados no município, consolidando simbolicamente o processo abolicionista local.
- E. A libertação dos escravizados em Mossoró ocorreu de forma espontânea e desarticulada, sem atuação de organizações formais ou estratégias estruturadas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

21- A ética e a moral são conceitos relacionados ao comportamento humano, porém apresentam diferenças fundamentais quanto à sua origem, aplicabilidade e natureza. Sobre essas distinções, assinale a alternativa correta.

- A. A moral é um conjunto de reflexões universais sobre a conduta humana, enquanto a ética está relacionada a costumes locais e mutáveis.
- B. A ética tem caráter prático e subjetivo, sendo guiada por hábitos individuais; já a moral é fundamentada em princípios filosóficos universais.
- C. A moral possui base científica, enquanto a ética é construída exclusivamente a partir de tradições religiosas.
- D. A ética e a moral são sinônimos e, portanto, não apresentam distinções conceituais relevantes.
- E. A moral define normas e valores específicos de um grupo ou cultura, enquanto a ética analisa essas normas a partir de uma reflexão crítica e racional.

22- Segundo a doutrina de ética no setor público, a função pública:

- A. Termina rigorosamente ao final do expediente do servidor.
- B. É dissociada da vida particular, não sendo afetada por atos da vida privada.
- C. Integra-se à vida particular do servidor, podendo atos privados crescer ou diminuir seu conceito funcional.
- D. Permite que o servidor omita a verdade caso ela contrarie os interesses da Administração.
- E. Autoriza o uso de informações privilegiadas para benefício de amigos, desde que não haja dano ao erário.

23- Em uma repartição pública, um servidor evitou beneficiar indevidamente um conhecido seu, ainda que isso pudesse facilitar o andamento de um pedido administrativo. Ao justificar a sua conduta, o servidor afirmou que a sua atuação deveria respeitar o interesse coletivo e a finalidade pública do cargo. Com base nessa situação hipotética e à luz da ética na função pública, assinale a opção correta.

- A. O comportamento descrito é incompatível com a ética pública, pois a função pública autoriza a preferência pessoal em nome da agilidade.
- B. A ética no setor público limita-se ao cumprimento literal da lei, sendo irrelevante a observância do interesse coletivo.
- C. A conduta está em conformidade com a ética pública, pois a função exercida deve ser orientada por impessoalidade, integridade e interesse público.
- D. A ética administrativa só incide quando houver prejuízo material ao erário.
- E. O agente público pode adotar critérios pessoais de favorecimento, desde que o ato seja sigiloso.

24- Dênis é servidor público estadual em cargo de provimento em comissão e, ao tomar posse, cientificou-se ser proibido, direta ou indiretamente, aceitar, solicitar ou sugerir presentes ou vantagens de qualquer espécie, oriundos de fonte proibida, em razão das atribuições do seu atual cargo. Sobre esse tema e de acordo com o Decreto Estadual nº 33.094, de 27 de outubro de 2023, é correto afirmar que

- A. entende-se como presentes ou vantagens de qualquer espécie os bens ou os serviços dados gratuita ou onerosamente.
- B. reputa-se como fonte proibida a pessoa, física ou jurídica, que tenha contrato ou pretenda celebrar contrato com o Poder Executivo Federal.
- C. reputa-se como fonte proibida a pessoa, física ou jurídica, que não esteja sujeita à fiscalização ou à regulação pelo órgão em que o servidor atua.
- D. não se consideram presentes ou vantagens ilícitas os brindes que não tenham valor comercial.

E. não se consideram presentes ou vantagens ilícitas os brindes que sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de R\$ 1.000 (um mil reais) em cada ano civil.

25- No que diz respeito à Lei Estadual nº 11.902/2024, que dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirmar a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Considera-se assédio sexual a conduta omissiva ou comissiva, que se revele abusiva, ainda que de maneira velada, manifestando-se por comportamentos, atos, gestos, palavras, oralmente ou por escrito, que possam ocasionar danos à personalidade, à dignidade, à integridade física, psíquica ou à carreira de uma pessoa.
- () Os atos administrativos resultantes de assédio ou de outras formas de violência no trabalho são nulos de pleno direito.
- () A apuração do assédio ou de outras formas de violência será realizada de forma imediata, por provocação da parte ofendida ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática, mediante sindicância, processo administrativo ou instrumento congênere.
- () A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos dessa lei será revertida integralmente para o Fundo Estadual de Saúde.

- A. V – F – F – V.
- B. V – V – F – F.
- C. V – V – V – F.
- D. F – V – V – F.
- E. F – F – V – V.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26- O princípio da intrascendência estabelece os deveres do Estado em relação à aplicação e execução de sanções penais. Com base na Constituição da República de 1988, esse princípio prevê, no rol dos direitos e das garantias fundamentais, que

- A. nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- B. não haverá pena de trabalhos forçados.
- C. a pena será cumprida em estabelecimentos distintos.
- D. ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- E. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

27- No conjunto dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal, o instrumento destinado a assegurar o acesso a informações pessoais constantes de registros públicos denomina-se

- A. Mandado de Injunção.
- B. Mandado de Segurança.
- C. Ação Popular.
- D. Iniciativa Popular.
- E. Habeas Data.

28- Considerando a Constituição Federal de 1988, sobre as competências e a estrutura do Poder Judiciário no Brasil, assinale a alternativa correta.

- A. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

B) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem competência para exercer o controle disciplinar e financeiro sobre os tribunais, mas não sobre os magistrados de primeira instância.

C) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os Governadores por crimes comuns.

E) O Advogado Geral da União é legitimado para mover ação direta de inconstitucionalidade no STF.

29- De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos no próprio texto constitucional. Sobre a nacionalidade, assinale a alternativa correta.

A. A nacionalidade brasileira é adquirida exclusivamente pelo critério de sangue (jus sanguinis), ou seja, apenas os filhos de pais brasileiros nascidos no exterior são considerados brasileiros natos.

B. Dentre outros cargos e funções, são considerados privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

C. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

D. A naturalização é concedida automaticamente a qualquer estrangeiro que resida no Brasil por mais de cinco anos, independentemente de sua solicitação formal.

E. Quando a Constituição silenciar, a legislação infraconstitucional pode estabelecer distinção entre natos e naturalizados.

30- De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, em matéria de direitos políticos:

A. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

B. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

C. Somente é possível a cassação de direitos políticos em caso de condenação criminal transitada em julgado.

D. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de 30 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas do abuso de poder econômico, corrupção ou fraude.

E. Somente é permitido o alistamento de eleitores estrangeiros para eleições de Presidente e Vice-Presidente da República.

31- De acordo com o Texto Constitucional de 1988, assinale o quesito INCORRETO em relação à organização político-administrativa.

A. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

B. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os Territórios Federais e os Territórios Estaduais, todos autônomos, nos termos da Constituição.

C. Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

D. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

E. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

32- De acordo com as disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

A. Conceder indulto é competência indelegável do Presidente da República.

B. Será considerado eleito Presidente em primeiro turno o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.

C. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, haverá posse tácita.

D. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

E. A posse do Presidente da República, que se dará em Sessão Solene do TSE, ocorrerá no dia 05 de janeiro.

33- Sobre os órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A. Compete às polícias civis o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, sob direção de delegados de polícia de carreira.

B. A Polícia Rodoviária Federal exerce, na forma da lei, o patrulhamento ostensivo das rodovias e ferrovias federais.

C. Os Municípios podem instituir polícias municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme disciplinado em lei.

D. À Polícia Federal cabe, ressalvada a competência da União, exercer as funções de polícia judiciária e apurar infrações penais, exceto as militares.

E. Nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a segurança viária compete aos respectivos órgãos ou entidades executivos e a seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

34- A respeito da composição e do funcionamento do Congresso Nacional, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A. A Câmara dos Deputados é formada por representantes do povo eleitos pelo sistema majoritário.

B. Cada Estado e o Distrito Federal elegem dois Senadores, para mandato de quatro anos.

C. O Senado Federal é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.

D. Ressalvadas as hipóteses constitucionais específicas, as deliberações de cada Casa e de suas comissões são tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

E. A legislatura corresponde aos períodos anuais de funcionamento do Congresso Nacional, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

35- (2026/Prof. Assis Maia/IAP Cursos/PPRN) À luz das disposições constitucionais sobre o Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A. Compete ao Ministério Público representar judicial e extrajudicialmente a União e prestar consultoria jurídica ao Poder Executivo.
- B. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, depende de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- C. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação popular destinada à proteção do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente.
- D. Entre suas funções institucionais estão a instauração de inquérito policial e a representação judicial das entidades públicas.
- E. Os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados são insuscetíveis de destituição após adquirirem vitaliciedade no cargo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36- Determinado relatório de gestão fiscal indica crescimento da despesa com pessoal do Poder Executivo estadual, aproximando-se do limite legal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n 101/2000). Considerando a LRF e o regime jurídico de despesas com pessoal, assinale a afirmativa correta.

- A. As despesas com pessoal somente ultrapassam o limite legal quando excedem o teto máximo fixado para a União, aplicável indistintamente aos Estados e Municípios.
- B. A LRF estabelece limites percentuais das despesas totais com pessoal em relação à receita corrente líquida, aplicáveis a cada ente federativo.
- C. O limite de despesas com pessoal é apurado exclusivamente com base na folha de pagamento do mês de dezembro de cada exercício financeiro.
- D. Ultrapassado o limite de despesas com pessoal, o ente federativo fica automaticamente impedido de executar qualquer despesa orçamentária.
- E. As despesas com pessoal realizadas por meio de contratos temporários não integram o cálculo do limite previsto na LRF.

37- Considerando o sistema de planejamento e orçamento previsto na Constituição Federal, especialmente a disciplina da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa CORRETA.

- A. A LDO pode autorizar, de modo originário, a abertura de créditos adicionais extraordinários e disciplinar a execução direta do orçamento em situações de calamidade, independentemente de previsão na lei orçamentária anual.
- B. A LDO é iniciativa privativa do Poder Legislativo e, após aprovação parlamentar, é enviada para promulgação, dispensando sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo.
- C. A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- D. A LDO substitui o plano plurianual no segundo ano de governo, fixando de forma definitiva os programas e objetivos da administração pública para o quadriênio subsequente.
- E. A LDO estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

38- Em conformidade com as disposições iniciais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que trata da proteção de dados pessoais e estabelece fundamentos, objetivos e hipóteses de aplicação da norma, analise as afirmativas a seguir:

- I. A LGPD regula o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, realizado por pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado.
- II. A proteção da liberdade, da privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural está entre os objetivos centrais da LGPD.
- III. As normas gerais da LGPD são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- IV. A LGPD pode ser aplicada a operações de tratamento realizadas no território nacional, ainda que o país da sede do agente de tratamento ou o local onde estejam armazenados os dados seja diverso do Brasil.

É verdadeiro afirmar que:

- A. apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B. apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C. apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D. as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- E. apenas a afirmativa I está correta

39- Uma empresa de construção, buscando agilizar a liberação de licenças para um empreendimento imobiliário, instrui um de seus funcionários a oferecer uma viagem ao exterior, custeada pela empresa, a um servidor público do órgão responsável pela emissão dessas licenças. O funcionário, agindo em nome da empresa, realiza a oferta, a qual não é aceita pelo servidor. Nesse contexto, é correto afirmar, com base na Lei nº 12.846/2013:

- A. a empresa poderá ser responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos praticados pelo funcionário em seu interesse e benefício.
- B. não se pode falar em responsabilização da construtora, uma vez que a vantagem prometida não chegou a ser aceita pelo servidor público.
- C. em razão do princípio do *non bis in idem*, penalidade aplicada com base nessa lei deve ser absorvida por penalidade aplicada em âmbito criminal ao mesmo fato.
- D. não é possível a responsabilização da construtora, pois não se pode falar em dolo na ação de pessoas jurídicas no direito brasileiro.
- E. essa lei prevê as penas de natureza criminal aplicáveis aos autores de crimes contra a Administração Pública, tais como corrupção ativa, corrupção passiva e peculato.

40- No Brasil, a Administração Pública é conceitualmente caracterizada pela distinção entre Administração Direta e Indireta. No tocante a tal distinção conceitual,

- A. os chamados órgãos autônomos também integram a Administração Direta.
- B. a Administração Direta abrange apenas os órgãos vinculados ao Poder Executivo.
- C. a Administração Indireta abrange as pessoas jurídicas estatais instituídas pelos entes federados sob regime de direito público, não abrangendo as pessoas jurídicas por eles instituídas sob regime de direito privado.
- D. a Administração Direta diz respeito à execução direta dos serviços públicos por órgãos e entidades administrativas.
- E. a doutrina contesta sua relevância, dado o princípio da unidade da Administração Pública.

41- José iniciou recentemente suas atividades como assistente administrativo em uma autarquia e, inicialmente, foi designado para atuar em diferentes etapas do procedimento licitatório, incluindo a elaboração do termo de referência, a condução da fase interna do processo, a análise das propostas e a emissão de parecer técnico. Posteriormente, no desempenho dessas atribuições, deixou de registrar formalmente no processo administrativo as razões concretas e os fundamentos jurídicos que justificavam a contratação. Por fim, diante do acúmulo de tarefas, passou a conduzir suas atividades em ritmo próprio, ainda que isso implicasse atrasos no andamento processual. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, os princípios infringidos.

- A. Publicidade; legalidade; e eficiência.
- B. Segregação de funções; motivação; e celeridade.
- C. Impessoalidade; equilíbrio institucional; e publicidade.
- D. Eficiência; transparência operacional; e vinculação ao edital.
- E. Vinculação ao edital; boa gestão administrativa; e moralidade.

42- Na seara dos poderes administrativos, o poder de polícia é instituto de grande relevância na sistemática do Direito Administrativo. Sobre a matéria, assinale a alternativa correta.

- A. O fundamento jurídico para o exercício do poder de polícia é o princípio da preponderância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de hegemonia sobre os administrados.
- B. São exemplos de atos da polícia administrativa fiscalizadora, a dissolução de uma reunião subversiva e o fechamento de estabelecimento comercial aberto sem observância das regras sanitárias.
- C. No tocante aos atributos do poder de polícia, pode-se dizer que são vinculados e que possuem autoexecutoriedade e coercibilidade.
- D. Os atos expressivos do Poder Público, dentre eles a polícia administrativa, podem ser delegados a particulares, em decorrência da aplicação do princípio do equilíbrio social.
- E. A polícia administrativa repressiva pode ser exercida por meio de atos normativos, como regulamentos e portarias, que são disposições que delimitam a atividade do particular.

43- São deveres do administrado perante a Administração pública:

- I. Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória sua presença por força de lei.
- II. Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- III. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pela autoridade competente e prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Nos termos da Lei Complementar Estadual 303/2005, está correto o que se afirma em

- A. I e III, apenas.
- B. II, apenas.
- C. III, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

44- Sobre a extinção dos atos administrativos, qual a alternativa correta?

- A. A cassação é a extinção de um ato administrativo pela edição de outro ato seguinte.
- B. A anulação é a extinção do ato administrativo por vontade do beneficiário.

- C. A caducidade é a extinção do ato administrativo por invalidez ou ilegalidade superveniente.
- D. Só quem pode revogar ato administrativo por motivo de ilegalidade é o Poder Judiciário.
- E. Os atos administrativos discricionários não são passíveis de controle pelo Poder Judiciário.

45- Observe as assertivas que tratam sobre a classificação dos bens públicos e a seguir aponte a alternativa correta.

1. Bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades.
2. Os bens de uso natural são todas as coisas móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público, usáveis sem formalidades por qualquer pessoa. São exemplos desses bens: os rios, as ruas e praças.
3. De uso especial são os bens como terrenos e edifícios destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

Está correta a análise das assertivas acima, o constante da alternativa:

- A. As assertivas 2 e 3 estão corretas. A assertiva 1 está incorreta porque não existe a classificação de bens, apontada.
- B. Todas as assertivas estão corretas. Não há nenhum erro nas classificações de bens indicadas nas assertivas.
- C. Apenas a assertiva 1 está correta, pois as classificações apontadas nas assertivas 2 e 3, não existem.
- D. A assertiva 1 está correta, no entanto a assertiva 2 está incorreta porque não existe a classificação de bens, apontada.
- E. Apenas a assertiva 2 está correta, visto que as classificações apontadas nas assertivas 1 e 3, não existem.

DIREITOS HUMANOS

46- Em relação à evolução dos Direitos Humanos, a caracterização dos direitos de primeira dimensão (ou geração) fundamenta-se precipuamente em qual valor e tipo de prestação estatal?

- A. Liberdade e prestação negativa do Estado.
- B. Fraternidade e proteção a direitos difusos.
- C. Liberdade e prestação positiva do Estado.
- D. Igualdade e prestação positiva do Estado.
- E. Igualdade e bioética

47- Os direitos sociais, econômicos e culturais, impulsionados pelas lutas trabalhistas e pelas transformações do Estado Liberal em Estado Social no início do século XX, pertencem a qual dimensão de direitos?

- A. Primeira dimensão
- B. Segunda dimensão
- C. Terceira dimensão
- D. Quarta dimensão
- E. Quinta dimensão

48- O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um exemplo clássico consolidado em qual dimensão dos direitos humanos?

- A. Quinta dimensão
- B. Segunda dimensão
- C. Terceira dimensão
- D. Primeira dimensão
- E. Sexta dimensão

49- A característica dos direitos humanos que estabelece que eles não são perdidos com o passar do tempo nem pelo não uso prolongado é denominada:

- A. Inviolabilidade
- B. Irrenunciabilidade
- C. Imprescritibilidade
- D. Inalienabilidade
- E. Inviolabilidade

50- O princípio da proibição do retrocesso social (efeito cliquet) expressa qual aspecto fundamental da aplicação dos direitos humanos?

- A. Garantir ao cidadão que suas conquistas sociais já obtidas não venham a sofrer um retrocesso, haja vista que o mencionado princípio é uma norma limitadora da atuação do poder público, implícita no ordenamento jurídico brasileiro, assim, impedindo atos retroativos em relação aos direitos do cidadão.
- B. Obrigação de aplicação imediata exclusivamente a tratados sobre direitos civis.
- C. Impossibilidade de regulamentação infraconstitucional das normas de direitos humanos.
- D. Supremacia irrestrita dos direitos sociais sobre o orçamento público estatal.
- E. Possibilidade da abolição garantida de determinados direitos e deveres fundamentais.

51- Qual das alternativas expressa corretamente a distinção conceitual e técnica entre o termo 'Direitos Humanos' e 'Direitos Fundamentais'?

- A. Direitos Humanos situam-se na ordem internacional; Direitos Fundamentais são positivados na ordem constitucional interna.
- B. Direitos Humanos aplicam-se a estrangeiros; Direitos Fundamentais aplicam-se exclusivamente a cidadãos natos.
- C. Direitos Humanos envolvem prestações negativas; Direitos Fundamentais consistem apenas em prestações positivas.
- D. Direitos Humanos possuem caráter absoluto; Direitos Fundamentais admitem restrições e ponderações.
- E. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais não admitem distinção conceitual, uma vez que são expressões sinônimas.

52- No tocante à incorporação dos tratados internacionais de Direitos Humanos na ordem jurídica brasileira pós-Emenda Constitucional nº 45/2004, qual o status hierárquico daqueles aprovados por três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos?

- A. Status de lei ordinária federal.
- B. Equivalente às emendas constitucionais.
- C. Status supralegal, posicionando-se abaixo da Constituição.
- D. Status infraconstitucional de norma complementar.
- E. Status infraconstitucional de norma delegada.

53- As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela) constituem o parâmetro global para a administração penitenciária e o respeito à dignidade da pessoa humana na privação de liberdade. Considerando os princípios fundamentais das Regras de Mandela, assinale a alternativa correta:

- A. O isolamento solitário indefinido se dá com a privação de contato com outros presos por mais de 8 horas diárias, devendo ser aplicado sem prazo limite determinado.
- B. É expressamente proibido o uso de instrumentos de contenção física (como algemas ou camisas de força) como forma de sanção disciplinar.
- C. A alocação de presos deve ser feita independentemente da idade, sexo ou registros criminais anteriores, visando promover a integração social dentro dos pavilhões.

D. O acesso a cuidados médicos na prisão deve ser custeado integralmente pelo próprio detento ou por sua família durante todo o cumprimento da pena.

E. O uso de isolamento solitário indefinido ou prolongado (superior a 15 dias consecutivos) é encorajado para conter lideranças de organizações criminosas.

54- A Convenção Americana sobre Direitos Humanos traz disposições expressas sobre o direito à liberdade pessoal. Com relação à prisão por dívida, o texto da CADH dispõe expressamente que:

- A. A prisão civil por dívida é admitida quando decorrente de ilícito fiscal ou tributário doloso.
- B. Ninguém deve ser detido por dívidas, mas este princípio não limita os mandados de autoridade judicial expedidos por inadimplemento de obrigação alimentar.
- C. Ninguém deve ser detido por dívidas, não admitindo a CADH nenhuma exceção a esta regra.
- D. A prisão por dívida é permitida para o depositário infiel e para o devedor de alimentos.
- E. A vedação da prisão por dívida aplica-se exclusivamente aos crimes contra o patrimônio e a ordem financeira.

55- Acerca do tratamento dispensado às gestantes e mães no ambiente prisional, segundo o disposto nas Regras de Bangkok, assinale a alternativa correta:

- A. A punição por falta disciplinar mediante o isolamento celular é facultada para gestantes, desde que pelo prazo máximo de cinco dias.
- B. O uso de instrumentos de contenção física em mulheres durante o trabalho de parto, no parto e logo após o parto é expressamente proibido.
- C. A decisão de separar a criança de sua mãe presa deve ser tomada exclusivamente de forma automática ao atingir a idade de um ano.
- D. O uso de algemas durante o trabalho de parto é permitido desde que haja autorização prévia da chefia de segurança do estabelecimento penal.
- E. A decisão de separar a criança de sua mãe presa deve ser tomada exclusivamente com base no interesse dos pais.

EXECUÇÃO PENAL

56- Em janeiro de 2026, Criptônio, primário e portador de bons antecedentes, foi capturado em flagrante pela prática do crime de feminicídio em detrimento de sua namorada. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, o agente foi condenado ao cumprimento de 21 (vinte e um) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), Criptônio deverá cumprir, no mínimo ____ da pena para que possa progredir de regime.

- A. 55%
- B. 70%
- C. 75%
- D. 80%
- E. 85%

57- Quanto ao regime de cumprimento de pena, somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de..., **EXCETO**:

- A. condenado maior de 70 (setenta) anos;
- B. condenado deficiente físico ;
- C. condenado acometido de doença grave;
- D. condenada gestante;
- E. condenada com filho menor.

58- Segundo a Lei de execução Penal, além das condições obrigatórias para que o beneficiário obtenha livramento condicional, existem outras que poderão ser impostas ao liberado pelo juiz da execução. Assinale a alternativa que integra uma **condição obrigatória**:

- A. não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste;
- B. não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;
- C. recolher-se à habitação em hora fixada;
- D. não frequentar determinados lugares;
- E. utilizar equipamento de monitoração eletrônica.

59- A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características, **EXCETO**:

- A. duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;
- B. visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas;
- C. direito do preso à saída da cela por 1 (uma) hora diária para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso;
- D. participação em audiências judiciais preferencialmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso;
- E. entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.

60- Constituem sanções disciplinares impostas pelo diretor do estabelecimento, **EXCETO**:

- A. advertência verbal;
- B. isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, por até 30 dias;
- C. suspensão ou restrição de direitos, por até 30 dias e inclusão no regime disciplinar diferenciado, por até 2 anos;
- D. repreensão;
- E. isolamento preventivo do faltoso, por até 10 dias.

61- Comete **falta grave** o condenado à pena restritiva de direitos que...**EXCETO**:

- A. descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;
- B. retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;
- C. desobedecer o servidor ou desrespeitar qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;
- D. recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético;
- E. praticar conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.

62- Quanto à disciplina prevista na LEP, assinale a opção **INCORRETA**:

- A. A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho e do estudo;
- B. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório;

- C. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar;
- D. O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares;
- E. Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.

63- Quanto à saída temporária prevista na LEP, é correto afirmar que:

- A. se aplica também ao condenado no regime fechado, desde que já tenha cumprido 1/6 da pena e tenha bom comportamento;
- B. é autorizada pelo diretor do estabelecimento penal;
- C. atualmente só é cabível em casos de visita à família e frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;
- D. Não terá direito ao benefício, o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa, ainda que tenha bom comportamento carcerário e tenha cumprido 1/6 da pena, se primário e 1/4 da pena, se reincidente;
- E. uma vez revogado o benefício devido o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso, o benefício não poderá ser novamente concedido.

64- São condições **gerais e obrigatórias** para concessão do regime aberto, **EXCETO**:

- A. permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;
- B. fiscalização por monitoramento eletrônico;
- C. sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;
- D. não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;
- E. comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

65- Quanto à classificação do preso, assinale a opção **INCORRETA** com base na LEP:

- A. O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;
- B. A Comissão Técnica de Classificação, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá, dentre outras medidas, entrevistar pessoas e requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;
- C. A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo Diretor e composta, no máximo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade;
- D. Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético;
- E. Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

66- Quanto à **assistência** ao preso e ao internado, é **INCORRETO** afirmar que:

- A. é dever do Estado e da sociedade, objetivando punir o crime e orientar o retorno à convivência social;
- B. A assistência à saúde tem caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico;
- C. Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento;
- D. na assistência educacional, o ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização;
- E. A assistência social tem por finalidade de amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

67- Quanto ao trabalho do preso previsto na LEP, assinale a opção **correta**:

- A. poderá ser remunerado, com valor mínimo nunca inferior a 1/4 do salário mínimo;
- B. é facultativo para os maiores de 60 anos e deficientes físicos;
- C. na atribuição de trabalho, deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades presentes do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado;
- D. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas e desde que realizados por órgãos da administração direta ou indireta, tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina;
- E. é obrigatório para condenados à pena privativa de liberdade, em todos os regimes.

68- Quanto à **progressão de regime** prevista na LEP, assinale a opção **INCORRETA**:

- A. É decidida pelo juiz da Execução e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor;
- B. É possível que mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência progridam de regime, após cumprimento de ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior, observados demais requisitos previstos em lei;
- C. Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins de progressão de regime, o crime de tráfico de drogas privilegiado;
- D. O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, bem como do livramento condicional e indulto, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente;
- E. O bom comportamento é readquirido após 1 (um) ano da ocorrência do fato, ou antes, após o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção do direito.

69- Quanto à remição da pena, com base na LEP, assinale a opção **correta**:

- A. O condenado que cumpre a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena;
- B. O preso impossibilitado, por qualquer motivo, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição;
- C. O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo diretor do estabelecimento;

D. Em caso de falta disciplinar de qualquer natureza, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar;

E. Na remição pelo estudo, a contagem é feita à razão de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias.

70- A LEP deixou a critério do juiz da execução determinar os casos em que haverá fiscalização por meio da monitoração eletrônica, EXCETO:

- A. Quando determinar a prisão domiciliar;
- B. Quando aplicar pena privativa de liberdade a ser cumprida no regime aberto;
- C. Quando conceder o livramento condicional;
- D. Quando conceder qualquer benefício que importe na saída do estabelecimento penal do condenado por crimes contra a dignidade sexual ou com violência doméstica contra a mulher;
- E. Quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto.

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA

71- Segundo a lei complementar estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. Os cargos públicos, criados por Lei e acessíveis a todos os brasileiros, são retribuídos mediante vencimento, pago pelos cofres públicos.
- B. Posse é o ato gerador da investidura em cargo ou função pública. É exigida nos casos de provimento por nomeação, eleição, designação e aproveitamento em outro cargo.
- C. A investidura em cargo ou função ocorre com a posse, preenchidos os requisitos previstos na lei. O prazo para a posse, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado, é de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento ou, no caso de eleição, da assinatura da ata respectiva.
- D. O concurso tem prazo de validade de 02 (dois) anos, prorrogável uma única vez por igual período.
- E. Os cargos públicos se classificam em: isolados; de carreira; de provimento efetivo; de provimento em comissão.

72- Segundo a lei complementar estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. A exoneração de cargo público em comissão pode ocorrer de ofício ou à pedido do próprio servidor.
- B. Sem qualquer prejuízo, pode o servidor ausentar-se do serviço por 2 (dois) dias consecutivos, em razão de casamento e falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda judicial ou tutela e irmãos.
- C. Dá-se a remoção, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, quando necessário ao servidor acompanhar cônjuge ou companheiro, ou por motivo de sua própria saúde ou da do cônjuge, companheiro ou dependente, comprovado por junta médica oficial.
- D. Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, quando houver correlação de atribuições, equivalência de vencimentos e interesse da administração, ouvido previamente o órgão central do sistema de pessoal.
- E. A lotação pode ter caráter provisório.

73- Segundo a lei complementar estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, marque a alternativa INCORRETA:

- A. A remuneração do cargo efetivo é irredutível.
- B. A remuneração do servidor público compõe-se de vencimento e vantagens pecuniárias.
- C. A revisão geral da remuneração dos servidores faz-se sempre na mesma data e sem distinção de índices entre civis e militares.
- D. As reposições e indenizações ao erário público são descontadas em parcelas mensais não superiores à décima parte da remuneração do servidor, em valores atualizados.
- E. A atividade exercida, habitualmente com risco de vida, assegura ao servidor a percepção de adicional, calculado sobre o vencimento o cargo efetivo: de 20%, no caso de periculosidade.

74- Segundo a lei complementar estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, marque a alternativa INCORRETA:

- A. O servidor público de provimento efetivo ou em comissão, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- B. A licença por motivo de doença em pessoa da família somente é deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou função. O prazo da concessão é de até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, mediante parecer da junta médica, e, excedida essa prorrogação, a licença deixa de ser remunerada.
- C. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade.
- D. A critério da Administração, pode ser concedida, ao servidor público estadual, licença para trato de interesses particulares, pelo prazo de até 03 (três) anos consecutivos, sem remuneração.
- E. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de quinze, a contar da publicação ou da ciência pessoal, pelo interessado, da decisão recorrida.

75- Segundo a lei complementar estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, marque a alternativa INCORRETA:

- A. Haverá prescrição de faltas sujeitas à advertência, suspensão e demissão e, por conseguinte, extinção da punibilidade, respectivamente nos seguintes prazos: 180 dias, 2 anos e 5 anos. O prazo de prescrição começa a ocorrer da data do fato.
- B. As penalidades de advertência e de suspensão tem seus registros cancelados, após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- C. A pena de suspensão será aplicada por no máximo 90 dias.
- D. O servidor estável só perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- E. Ao servidor investido de mandato federal, estadual ou distrital, fica afastada do cargo.

76- Segundo a lei complementar estadual nº 122, de 30 de junho de 1994, marque a alternativa INCORRETA:

- A. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão pode ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- B. O cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão tem efeito retroativo.

C. A sindicância é instaurada como preliminar do processo administrativo disciplinar, para confirmação da irregularidade e indicação do seu autor, ou como fundamento para a aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão até 30 (trinta) dias. A sindicância deve ser concluída no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.

D. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, ou função de direção, chefia ou assessoramento, é obrigatória a instauração de processo disciplinar.

E. O processo disciplinar pode ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Da revisão do processo não pode resultar agravamento de penalidade.

77- À luz dos princípios fundamentais da Constituição do RN, assinale a alternativa correta.

- A. O Estado do Rio Grande do Norte exerce autonomia constitucional plena, independentemente dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal.
- B. Legislativo, Executivo e Judiciário constituem Poderes tanto do Estado quanto dos Municípios potiguares.
- C. Por força da laicidade estatal, o preâmbulo da Constituição do RN não contém referência religiosa.
- D. A autonomia do Estado e de seus Municípios constitui um dos fundamentos do Estado do Rio Grande do Norte.
- E. O poder político estadual é exercido exclusivamente por representantes eleitos.

78- Conforme a Constituição do RN, acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a correta.

- A. A criação do Fundo Penitenciário estadual é matéria reservada à lei complementar.
- B. Compete ao Tribunal de Justiça publicar, anualmente, a relação nominal das pessoas presas no Estado.
- C. A apuração de ofensa à integridade física ou moral de presos poderá resultar exclusivamente em sanção penal.
- D. O Ministério Público participa obrigatoriamente da elaboração dos regimentos internos dos estabelecimentos penais.
- E. O órgão público estadual dispõe de cinco dias para fornecer informação requerida pelo interessado.

79- Sobre os direitos sociais e políticos previstos na Constituição do RN, marque a alternativa correta.

- A. A iniciativa popular estadual limita-se à apresentação de projetos de lei, não alcançando propostas de emenda constitucional.
- B. O Governador e os Prefeitos devem renunciar seis meses antes do pleito para concorrerem à própria reeleição.
- C. A nacionalidade brasileira figura entre as condições de elegibilidade previstas na Constituição estadual.
- D. A inelegibilidade reflexa alcança o cônjuge e parentes até o terceiro grau do Governador e dos Prefeitos.
- E. Apenas educação, saúde, trabalho e segurança são expressamente reconhecidos como direitos sociais pela Constituição estadual.

80- A respeito da organização político-administrativa do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. Natal é a Capital do Estado do Rio Grande do Norte e é o local onde devem morar o Governador e o Vice desde a posse.
- B. Estado e Municípios são dotados de autonomia, nos termos das respectivas normas constitucionais.
- C. Bandeira, brasão de armas e hino constituem símbolos estaduais, podendo os Municípios possuir símbolos próprios.

D. É permitido ao Estado e aos Municípios negar fé a documentos públicos, quando houver dúvida quanto à sua origem.

E. A criação de Municípios depende, entre outros requisitos, de lei estadual e consulta prévia mediante plebiscito.

81- No que se refere às competências e aos bens do Estado, segundo a Constituição do RN, assinale a correta.

A. Todas as terras devolutas situadas no território potiguar pertencem ao Estado.

B. A exploração dos serviços locais de gás canalizado compete ao Estado, diretamente ou mediante concessão, na forma da lei.

C. A inexistência de norma geral federal impede o Estado de legislar sobre matérias de competência concorrente.

D. Lei ordinária estadual pode instituir regiões metropolitanas formadas por Municípios limítrofes.

E. A alienação de bens estaduais exige licitação em qualquer hipótese, sem exceção constitucional.

82- Conforme a Constituição do RN, sobre a organização dos Municípios, assinale a alternativa correta.

A. A Lei Orgânica municipal é promulgada pelo Prefeito após aprovação de dois terços da Câmara Municipal.

B. Todo Município potiguar admite segundo turno na eleição para Prefeito.

C. O Prefeito é julgado, em qualquer infração, perante o juízo estadual de primeiro grau.

D. O número de Vereadores deve ser proporcional à população municipal, respeitados os limites estabelecidos pela Constituição Federal.

E. Os Vereadores possuem as mesmas imunidades formais conferidas aos Deputados Estaduais.

83- Sobre a fiscalização das contas municipais no Rio Grande do Norte, analise os itens.

I. O controle externo exercido pela Câmara Municipal conta com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

II. O parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito somente deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

III. As contas municipais permanecem anualmente, durante trinta dias, disponíveis a qualquer contribuinte para exame.

Está correto o que se afirma em:

A. I, apenas.

B. III, apenas.

C. I e II, apenas.

D. II e III, apenas.

E. I, II e III.

84- O Estado poderá intervir em Município potiguar nas hipóteses abaixo, EXCETO:

A. ausência de prestação das contas legalmente devidas.

B. inadimplemento da dívida fundada por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.

C. descumprimento do mínimo constitucional destinado à educação e às ações e serviços públicos de saúde.

D. provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação destinada a assegurar princípio constitucional estadual ou a execução de lei, ordem ou decisão judicial.

E. ausência do Prefeito, do território municipal, por mais de 15 dias sem autorização da Câmara de Vereadores.

85- Acerca da competência e dos princípios institucionais do Sistema Penitenciário do RN, conforme a LC nº 566/16-RN, assinale a alternativa correta.

A. O Sistema Penitenciário Estadual integra diretamente o Sistema de Segurança Pública e exerce, com exclusividade, a execução das penas privativas de liberdade.

B. A preservação da integridade física da pessoa presa constitui princípio institucional, não alcançando sua integridade moral.

C. O Sistema Penitenciário Estadual integra o Sistema de Execução Penal e auxilia os órgãos de Segurança Pública do Estado.

D. A ressocialização dos apenados constitui atribuição exclusiva dos órgãos jurisdicionais da execução penal.

E. O brasão, a bandeira e o hino constituem os símbolos oficiais do Sistema Penitenciário potiguar.

86- Sobre o curso de formação para ingresso na carreira de Policial Penal do RN, assinale a correta.

A. O candidato matriculado no curso fará jus a subsídio correspondente a 50% do valor da remuneração inicial.

B. O curso possui caráter exclusivamente eliminatório e exige frequência integral.

C. Será exigida frequência de pelo menos 90% da carga horária total e avaliação de aprendizagem.

D. A bolsa de estudos somente será devida ao candidato após sua nomeação para o cargo.

E. O curso de formação possui natureza apenas classificatória, não podendo eliminar candidatos.

87. Nos termos da LC nº 566/16-RN, a respeito da carreira de Policial Penal, assinale a alternativa correta.

A. O cargo de Policial Penal é estruturado exclusivamente em classes, com lotação definida conforme a unidade prisional de ingresso.

B. Os cargos de direção das unidades prisionais podem ser ocupados por qualquer servidor efetivo da Administração estadual.

C. O Coordenador Executivo da Administração Penitenciária pode ser escolhido entre servidores efetivos de qualquer carreira da SEAP.

D. O cargo de Diretor de Unidade Prisional é privativo de Delegado de Polícia ou de Policial Penal integrante do último nível da carreira.

E. Diretor de Unidade Prisional é cargo exercido exclusivamente por integrantes da carreira de Policial Penal.

88. A respeito da promoção funcional do Policial Penal, considerando a disciplina introduzida na LC nº 566/16-RN, assinale a correta.

A. A instauração de investigação policial por crime hediondo impede definitivamente a promoção funcional do servidor.

B. O processo de promoção será suspenso, nos casos previstos na lei, desde o recebimento da denúncia até o trânsito em julgado da decisão final.

C. A suspensão da promoção alcança qualquer ação penal proposta contra o Policial Penal.

D. A absolvição definitiva autoriza nova avaliação funcional, porém sem efeitos relativos ao período em que a promoção permaneceu suspensa.

E. Somente a ação penal por feminicídio suspende a promoção, não se aplicando a medida aos demais crimes hediondos.

89- Quanto às garantias e prerrogativas do Policial Penal previstas na LC 566/16-RN, marque a alternativa correta.

- A. As prerrogativas funcionais podem ser renunciadas pelo servidor mediante manifestação expressa.
- B. O livre acesso a locais sujeitos à fiscalização policial independe de regulamentação administrativa.
- C. Somente o Policial Penal em atividade possui direito à identidade funcional equiparada à identidade civil.
- D. O Policial Penal, ativo ou aposentado, possui direito à identidade funcional equivalente à identidade civil.
- E. Na prisão provisória, o Policial Penal ficará recolhido juntamente com os demais presos, salvo determinação judicial em sentido contrário.

90- Sobre a extinção da punibilidade disciplinar do Policial Penal, conforme a LC 566/16-RN, assinale a alternativa correta.

- A. A falta sujeita à advertência prescreve em um ano, enquanto aquela sujeita à suspensão prescreve em três anos.
- B. A transformação de sindicância em processo administrativo disciplinar reinicia integralmente o prazo prescricional.
- C. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.
- D. As infrações disciplinares também tipificadas como crime permanecem submetidas exclusivamente aos prazos prescricionais administrativos.
- E. A morte do transgressor não extingue a punibilidade quando já houver processo administrativo disciplinar instaurado.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

91- O Código Penal brasileiro,

- A. quanto ao lugar do crime, adotou a teoria mista ou da ubiquidade.
- B. quanto ao lugar do crime, adotou a teoria da atividade ou da ação.
- C. quanto ao lugar do crime, adotou a teoria do resultado.
- D. quanto ao tempo do crime, adotou a teoria mista ou da ubiquidade.
- E. quanto ao tempo do crime, adotou a teoria do resultado.

92- São causas excludentes de antijuridicidade, **EXCETO**:

- A. quando uma mãe, sem outra opção no momento, mata um cão feroz que estava prestes a atacar seu filho de 5 anos de idade.
- B. quando um agente de segurança pública, usando moderadamente dos meios necessários, repele agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém durante a prática de um crime.
- C. Quando uma pessoa portadora de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, mata alguém e posteriormente fica comprovado que esta pessoa era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D. Quando um policial prende alguém em flagrante delito.
- E. Quando uma pessoa se recusa a franquear acesso a um oficial de justiça ao interior de sua residência às 21:30min, portando um mandado judicial de busca e apreensão.

93- Acerca da punibilidade no Direito penal, assinale a única opção **INCORRETA**:

- A. A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso, constitui uma causa extintiva da punibilidade do agente.
- B. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos prescricionais previstos para as privativas de liberdade.

- C. A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- D. são reduzidos de um terço os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.
- E. No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

94- Acerca dos crimes contra a **pessoa, patrimônio e administração pública**, assinale a opção **INCORRETA**:

- A. Aquele que, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro, pratica crime de roubo.
- B. Se um funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, pratica delito de concussão.
- C. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, constitui crime de extorsão.
- D. no homicídio doloso, se a vítima é menor de 14 anos ou há emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, o delito será qualificado, com pena de reclusão entre 12 e 30 anos.
- E. A conduta de “Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo”, constitui uma forma de prevaricação.

95- São **crimes hediondos**, consumados ou tentados, **EXCETO**:

- A. o crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticadas, dentre outras hipóteses, nas dependências de instituição de ensino.
- B. o crime de furto (qualificado) de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.
- C. o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.
- D. o crime de organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado.
- E. o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

96- Sobre a Lei de crimes de **abuso de autoridade**, é correto afirmar que:

- A. todos os delitos são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- B. todos os delitos são punidos com detenção e multa.
- C. constitui crime de abuso de autoridade o ato de submeter, em qualquer hipótese, o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno.
- D. constitui crime de abuso de autoridade o ato de cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar após as 20h (vinte horas) ou antes das 6h (seis horas).
- E. A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura abuso de autoridade.

97- Acerca das disposições contidas na **Lei nº 11.343/06 (lei de drogas)**, assinale a opção correta:

- A. Haverá o perdão judicial para o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, ainda que não haja recuperação total ou parcial do produto do crime.
- B. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à pena de detenção ou multa.
- C. No delito de tráfico de drogas, a pena poderá ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- D. Ocorrendo prisão em flagrante pelo delito de tráfico de drogas, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao Ministério Público, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, em 72 (setenta e duas) horas.
- E. O inquérito policial será concluído no prazo de 15 (quinze) dias, se o indiciado estiver preso, e de 45 (quarenta e cinco) dias, quando solto.

98- A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- A. O inquérito policial é indispensável ao oferecimento da denúncia, não podendo o Ministério Público propor ação penal sem sua prévia instauração.
- B. O inquérito policial é procedimento administrativo, inquisitivo e, em regra, dispensável para o ajuizamento da ação penal.
- C. O arquivamento do inquérito policial pela autoridade policial impede sua reabertura, ainda que surjam novas provas.
- D. A autoridade policial poderá arquivar o inquérito quando concluir pela inexistência de crime.
- E. O contraditório e a ampla defesa devem ser exercidos no inquérito policial com a mesma extensão existente no processo judicial.

99 - Sobre a ação penal no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A. Na ação penal pública condicionada à representação, a representação da vítima pode ser apresentada, em regra, no prazo decadencial de seis meses a contar do conhecimento da autoria do crime.
- B. Na ação penal pública incondicionada, o oferecimento da denúncia depende de representação da vítima.
- C. Na ação penal privada, o Ministério Público é o titular exclusivo da ação.
- D. A renúncia ao direito de queixa somente pode ocorrer após o ajuizamento da ação penal privada.
- E. O perdão concedido pelo querelante produz efeitos independentemente da aceitação do querelado.

100- No tocante à teoria geral das provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- A. São admissíveis no processo penal todas as provas obtidas por meios ilícitos, desde que demonstrem a verdade dos fatos.
- B. O juiz pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos durante o inquérito policial.
- C. As provas ilícitas são, em regra, inadmissíveis e devem ser desentranhadas do processo.
- D. O ônus da prova compete exclusivamente ao acusado, em razão do princípio da presunção de inocência.
- E. O sistema processual penal brasileiro estabelece hierarquia absoluta entre os diferentes meios de prova.

VÉSPERA PPRN

15 HORAS DE REVISÃO

SEX,
11/09
das 14h
às 18h

Constituição do RN e
Lei 566/16 - Assis
Lei 122/94 - Higor
Proc. Penal - Sandresson



SEX,
11/09
das 19h
às 22h

Leg. Extravagante e
Direito Penal - Lincoln
Ética - Glaython



SÁB,
12/09
das 8h
às 12h

Português - Mourão
Constitucional - Assis
Dir. Humanos - Higor
LEP - Lincoln



SÁB,
12/09
das 13h30
às 17h30

Administrativo - Filipe
Administrativo - Glaython
História do RN - Lucas
Geografia do RN - Luiz



Valor por aula até 31/08:

Alunos: R\$ 35 | Demais: R\$ 40

